

Famílias - Distrito de Portalegre com diferenças e semelhanças

Paula Oliveira; Isabel Lourinho;
Margarida Malcata; Fátima Ramalho

*A única deficiência que
conheço é o preconceito
tudo o resto são diferenças.
(Jean Pereira)*

O distrito de Portalegre é limitado a Norte, pelo distrito de Castelo Branco, a Leste, por Espanha, a Sul, pelo distrito de Évora e a Oeste, pelo distrito de Santarém. Tem uma área de 6 065 km² (6,6% do território nacional) e uma população residente de 104 989 habitantes (49.783 homens e 55.206 mulheres), 1% da população residente nacional e menos 13.517 residentes em relação a 2011. É o distrito de Portugal com menos população e mais envelhecido. Portalegre é a capital de distrito que mais perdeu população e é também o município capital de distrito com menor número de habitantes (INE,2021).

Quadro 1

Evolução do número de habitantes no distrito de Portalegre.

Número de habitantes							
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940
97910	105702	115322	126326	143823	150962	165101	189044

Fonte – INE, 2021

Número de habitantes (continuação)							
1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
200430	188482	145929	142905	134169	127018	118506	104989

Fonte - INE, 2021

A distribuição da população no distrito de Portalegre não é homogénea, tal como se pode verificar no quadro seguinte.

Concelho	População 2021	Varição 2011/2021	Taxa de envelhecimento	Índice de envelhecimento
Portalegre	22.368	- 10,3%	27,3%	217,9
Elvas	20.753	- 10,1%	23,3%	182,9
Ponte de Sor	15.253	- 8,8%	26,9%	232,6
Campo Maior	8.045	- 4,9%	22,8%	156,2
Nisa	5.951	- 20,1%	34,8%	402,8
Sousel	4.358	- 14,1%	30,2%	287,6
Avis	3.813	- 16,6%	29,8%	315,9
Gavião	3.398	- 17,8%	35,1%	429,4
Crato	3.225	- 13%	33,7%	366,6
Castelo de Vide	3.121	- 8,4%	30%	317,4
Alter do Chão	3.046	- 14,5%	28,3%	257
Marvão	3.023	- 13,9%	31,8%	358,3
Monforte	2.990	- 10,2%	24,4%	182,4
Fronteira	2.856	- 16,2%	29,1%	257,4
Arronches	2.789	- 11,9%	29%	352,9

Fonte - INE, 2021

Nos últimos dez anos o concelho de Portalegre teve uma diminuição de 2562 pessoas, o que representa uma quebra de população de 11,4%, tinha uma população de 24.930 em 2011, e passou para 22.368 em 2021, embora no distrito, Portalegre seja o concelho com mais população. Gavião é o concelho mais envelhecido e com menor taxa de natalidade (3,8%), em Portalegre verificou-se a maior taxa de natalidade (8,7%), Campo maior é o concelho mais jovem (INE, 2021). A maior parte da população do distrito (61,2%) situa-se entre os 25 e 65 anos, 27,5% tem mais de 65 anos e apenas 11,4% tem entre 0-14 anos (PORDATA, 2021).

O distrito de Portalegre concentra 1% das empresas nacionais e 15% das empresas do Alentejo, havendo apenas cinco que empregam mais de 250 trabalhadores, sendo a maioria microempresas. A taxa de desemprego ronda 6,6% (4260 indivíduos registados no IEFEP), sendo a maioria, mulheres entre os 25 e os 34 anos. O concelho com maior taxa de desemprego é Monforte (11,6%) e Castelo de Vide apresenta a menor taxa (4,4%). O ganho mensal médio é (934,8€) estando abaixo da média de Portugal (1130,8€) e é o mais baixo de Portugal. Campo Maior é o concelho que aufero o ganho mais elevado (1209,20€), e Marvão é o concelho que aufero o ganho mais baixo (749,2€). Destaca-se ainda a diferença entre sexos, em que o sexo masculino, na globalidade, aufero ganho mensal médio mais elevado, facto que também se pode dever à desigualdade relativamente ao nível de escolaridade, pois as mulheres também apresentam taxas de analfabetismo e menor escolaridade em relação aos homens. O distrito, em 2018, ainda apresentava uma taxa de analfabetismo de 11%, superior à média de Portugal, destacando-se os concelhos de Monforte com a taxa mais elevada de 17,3% e Portalegre com a taxa mais baixa de 7,7%. Apenas 9,6% são licenciados (ou mais habilitação), valor inferior à média de Portugal (13,8%) (Santos, E. 2019).

No distrito de Portalegre existem em 2021 cerca de 82102 alojamentos familiares, tem vindo a aumentar a compra e venda de imóveis. O concelho de Portalegre regista o valor médio mais elevado nas vendas por m², Arronches é o concelho com mais crédito hipotecário concedido e Castelo de Vide o que tem menos. Tem uma Unidade Local de Saúde que contempla dois hospitais (Portalegre e Elvas) e 16 centros de saúde sem internamento, representando 1,9% e 4,1%, respetivamente, do total nacional na prestação de cuidados de saúde (Censos, 2021).

Nos últimos anos, tem vindo a aumentar o número de beneficiários de prestações por parentalidade, no âmbito da proteção social, sobretudo mulheres, mas tem vindo a diminuir o número de titulares de abono de família, pensão de velhice, invalidez e sobrevivência, complemento social de idosos, subsídio de desemprego, subsídio de doença e rendimento social de inserção, devido sobretudo à alteração de políticas de concessão destes apoios sociais. Nos últimos dez anos

o grupo etário mais representativo dos beneficiários do RSI, são jovens com menos de 25 anos (Santos, E. 2019), o que também pode ser explicado pela crescente letargia verificada a vários níveis, com impactos económicos e sociais na população residente sobretudo nos mais jovens que procuram o primeiro emprego e a possibilidade se estabelecer nesta região.

Neste enquadramento cada família, faz o ajuste necessário e possível para manter o equilíbrio, considerando as suas necessidades e possibilidades.

O conceito de Família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção. Família é o grupo cujas relações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum (OMS, 1994). Enquanto unidade social dinâmica, a família constitui-se como um sistema de interação que supera e articula dentro dela os vários componentes individuais e incorpora uma organização complexa, inserida num contexto social mais amplo, que tem uma história e cria história, numa rede múltipla de relações de intercontextualidade (Andolfi, 1981; Slepoy, 2000; Biasoli-Alves, 1999; Burguière, Christianee, Segalen & Zonabend, 1999; Engels, 2000). Este conceito, dinâmico, que tem vindo a evoluir, apresenta a importância de ir mais além dos laços biológicos ou legais, olha a família como um sistema, onde os seus membros interagem entre si (internamente) e se relacionam com outros sistemas sociais (externamente), tornando cada família tão especial, única e irrepetível.

Desde a sua constituição, a família tem uma evolução desenvolvimental natural percorrendo várias fases sequenciais e previsíveis, tendo em conta, a evolução do casal, o nascimento dos filhos ou outras situações marcantes (Duvall & Kerckhoff, 1958; Hill, 1964; Hill, 1986; Rodgers, 1964a; Relvas, 1996). Estas fases são períodos de tempo em que existe um equilíbrio e há consenso sobre funções, regras e tarefas de cada elemento, ainda assim, pode haver necessidade de alteração às vivências, competências e exigências na mesma fase ou na mudança para outra fase, dependendo da situação ou do contexto, e assim sendo, a família tem de se reajustar e reorganizar os seus papéis e funções (Hill, 1986).

Em Portugal, nos últimos 50 anos, o modelo de família tem vindo a alterar-se. Deixou de começar por um casamento católico (heterossexual), por volta dos 25 anos, onde posteriormente nasciam dois filhos (em média) e o divórcio era pouco provável. Hoje, constatamos que o padrão familiar é outro. A dimensão média alterou-se, e hoje a maioria dos casais, casa mais tarde, por volta dos 35 anos, tem apenas um filho (em média), com grande aumento do número de casais sem filhos (24%) e cerca de 60% divorcia-se. Mais de metade das novas mães são solteiras (56%). As famílias reconstituídas são o novo padrão, fluem os meios-irmãos, a maioria dos homens volta a casar, e a maioria das mulheres constitui-se família monoparental. Há um número crescente de famílias homossexuais, com mais de 4 mil casamentos e a possibilidade e adoção desde 2016 (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2020). Em 2021, 43,4% da população residente em Portugal é solteira, 41,1% é casada sendo que as restantes categorias do estado civil, divorciado e viúvo, têm valores de 8,0 % e 7,5% (Censos, 2021)

As tendências demográficas e familiares dos últimos tempos (aumento da esperança de vida, queda da fecundidade, adiamento da parentalidade, aumento das uniões de facto e do divórcio, ...) têm implicado um processo de mudança progressivo e persistente de adaptação às novas formas de viver em casal e em família que se reflete e apresenta: num padrão de vida doméstica, com famílias de menor dimensão, devido ao menor número de filhos; o casal continua a ser a forma predominante de organização familiar; aumento do número de casais sem filhos; decréscimo das famílias alargadas em residência comum; aumento das famílias monoparentais (devido ao aumento dos divórcios e separações) ou unipessoais (aumento de solteiros, divorciados e viúvos a viver sós); reforço da privacidade dos casais, vivendo cada vez menos com outros familiares, traduzindo maior independência económica e residencial (INE,2013). Tudo isto reflete a grande diversidade das formas de família e de viver em família.

As famílias são constituídas por pessoas e “todas as pessoas têm características próprias que as distinguem entre si”. A diferença é, assim, uma característica das pessoas, logo, das sociedades humanas.

O reconhecimento de que todas as pessoas são iguais em direitos, mas consideradas e respeitadas nas suas diferenças, é uma condição das sociedades inclusivas, livres e democráticas. Em Portugal, de acordo com os Censos de 2011, cerca de 11% das pessoas residentes manifestam algum tipo de limitação física, intelectual ou sensorial que as inibe de uma participação nas diversas dimensões da vida e da cidadania em iguais circunstâncias com as demais (Guia prático, Pessoas com deficiência em Portugal, 2019). Em Portugal a diversidade de famílias com necessidades no ajuste e reorganização de papéis e funções é notória, considerando o número de pessoas com deficiência.

Reconhece-se hoje que a construção de indicadores de direitos humanos e a sua avaliação, de forma contínua e sistemática, constituem elementos-chave para se alcançar um mais amplo conhecimento e uma mais efetiva implementação das provisões da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Pinto, P., 2020).

Em Portugal, há cerca de 1.792.719 pessoas (1.088.412 mulheres e 704.307 homens) com pelo menos uma incapacidade, (destas, quase 500.000 não conseguem de todo executar uma ação, como ver, ouvir, andar, memorizar, tomar banho, vestir-se sozinho e até compreender os outros ou fazer-se compreender (Censos, 2021). Em junho de 2020 havia 13.270 pessoas com deficiência inscritas como desempregadas nos centros de emprego, registando-se um aumento de 10% face aos dados globais de 2019, 12.027 inscritos com deficiência. Relativamente às condições de vida e proteção social no indicador risco de pobreza ou exclusão social há também um desfasamento considerável entre pessoas com e sem deficiência. Em 2018 a taxa de desemprego nas pessoas com deficiência em Portugal situava-se nos 18,6%, igualando a média dos países da União Europeia, registando uma redução de 1% em 2019. Porém, no primeiro semestre de 2020 verificou-se um crescimento de 10% face aos dados globais de 2019. Ainda relativamente aos dados de 2018, a taxa de abandono escolar precoce nos alunos e alunas com deficiência (18-24 anos) foi de 21,9% e 12,4% nos alunos sem deficiência (Inácio, 2018).

Quadro 3

Tipologia e percentagem de pessoas com deficiência e incapacidade em Portugal (Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos, 2020)

Percentagem/ número	Tipologia da deficiência e incapacidade
1%	Não consegue andar ou subir escadas
27659	É invisual
9%	Tem dificuldade em ver
3%	Tem dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinho
68029	Não consegue compreender os outros ou fazer-se compreender
65%	Das pessoas com pelo menos uma dificuldade, são mulheres
5%	Têm dificuldade de memória ou concentração
13950	Pessoas com deficiência frequentam centros de atividade ocupacionais
12667	Pessoas com deficiências estão registadas com empregadas
28860	Não consegue ouvir
56%	Com dificuldade têm 65 anos ou mais
78175	Crianças e alunos com necessidades especiais frequentam escolas regulares de ensino
81%	Crianças e alunos com necessidades especiais frequentam o ensino básico
1792719	Pessoas com pelo menos uma incapacidade

Conclusão:

Vários estudos referem que as pessoas portadoras de deficiências, logo as famílias que as integram, estão sujeitas a uma situação de grande vulnerabilidade, uma vez que estas pessoas são vítimas de discriminação, desemprego e exclusão social, sendo muito mais difícil o seu acesso a bens e serviços.

Assim, segundo a Professora Paula Campos Pinto, coordenadora do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos “...a pobreza acrescida, as maiores dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, as discriminações múltiplas que estas pessoas ainda enfrentam no seu

quotidiano são evidência (...) de que há muita desigualdade, uma grande disparidade entre a população com e sem deficiência".

Não podemos deixar de sublinhar a existência de progressos assinaláveis nas políticas sociais no âmbito das pessoas com deficiência, sobretudo nos últimos anos, com a criação de documentos legislativos que enquadram esta problemática.

Isto remete-nos para a ideia de que há ainda um longo percurso a percorrer uma vez que os progressos existentes são muitas vezes de carácter precário, ficando condicionados pelas conjunturas adversas, como as crises económicas e sociais, que colocam esta questão em segundo plano, dando prioridade a questões consideradas como mais mediáticas.

Áreas como a discriminação, educação, trabalho e protecção social, tiveram uma evolução positiva, sobretudo quando analisamos a integração de pessoas com deficiência no ensino regular e ensino superior, sendo talvez a área onde se verifica maior progresso.

Bibliografia

- Andolfi, M. (1981). *A terapia familiar*. Lisboa, Portugal: Vega.
- Biasoli-Alves, Z. (1999, mai-ago.). Relações familiares. In *Texto e Contexto Enfermagem*, 8(2), pp. 229- 241.
- Burguière, A., Christianee, K., Segalen, M., & Zonabend, F. (1999). *História da família* (Vol. 4). Lisboa, Portugal: Terramar.
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo [CIMAA]. *Município de Portalegre*. <https://www.cimaa.pt/municipio-de-portalegre>
- Duvall, E., & Kerckhoff, R. (1958, nov.). Implications for education through the family life cycle. In *Marriage and Family Living*, 20(4), 334-343. <https://doi.org/10.2307/348255>
- Engels, F. (2000). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil.
- Hill, R. (1964, mar.). Methodological issues in family development research. In *Family Process*, 3(1), 186-206. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1964.00186.x>
- Hill, R. (1986, jan.). Life cycle stages for single parent families : of family development theory. In *Family Relations*, 35(1). <https://doi.org/10.2307/584278>
- Delgado, A & Wall, K. (Coords.) (2014). *Famílias nos Censos 2011: diversidade e mudança* (1ª ed.). Lisboa, Portugal: INE: Imprensa de Ciências Sociais. <https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2015/FamiliasCensos2011>
- Inácio, A. (2018, dezembro). *Um milhão e 700 mil portugueses têm incapacidade. Somos uma sociedade inclusiva?*. In *Diário de Notícias*. Disponível em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/02-dez-2018/-um-milhao-e-700-mil-portugueses-tem-incapacidade-somos-uma-so>

cidade-inclusiva-10264748.html

Instituto Nacional de Estatística (2021). *Censos 2021 : resultados provisórios*. Lisboa, Portugal : INE. https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=131010986&att_display=n&att_download=y

Instituto Nacional de Estatística (2021). *Censos 2021: resultados provisórios*. https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

Pinto, P. & Neca, P. (2020). *Pessoas com deficiência em Portugal: indicadores de direitos humanos 2020*. Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Disponível em file:///C:/Guida/jornadas%20Fam%C3%ADlia/IX-%20Jornadas%20sobra%20a%20Fam%C3%ADlia-dez.2021/Relatorio_ODDH-2020_final.pdf

Pinto, P., Neca P. & Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (2020). *Pessoas com deficiência em Portugal: indicadores de direitos humanos 2020*. Lisboa, Portugal: ISCSP. <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/483-relatorio-oddh-2020>

PORDATA (2020?). *População residente: total e por grandes grupos etários (%)*. [https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+total+e+por+grandes+grupos+et%C3%A1rios+\(percentagem\)-726](https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+total+e+por+grandes+grupos+et%C3%A1rios+(percentagem)-726)

Relvas, A. (1996). *O ciclo vital da família: perspetiva sistémica*. Porto, Portugal: Afrontamento

Rodgers, R. (1964a). Some factors associated with homogeneous role patterns in family life cycle careers. In *The Pacific Sociological Review*, 7(1), 38-48. <https://doi.org/10.2307/1388465>

Rodgers, R. (1964b). Toward a theory of family development. In *Journal of Marriage and Family*, 26(3), 262-270. <https://doi.org/10.2307/349456>

Simplex+ (2019). *Guia prático: os direitos das pessoas com deficiência em Portugal*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/documento?i=guia-pratico-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-em-portugal>

Santos, E. (2019). *BI Distrital Portalegre/Alto Alentejo* [PowerPoint slides]. Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza.

Slepoj, V. (2000). *As relações de família*. Lisboa, Portugal: Presença

Fundação Francisco Manuel dos Santos (2020). *Fronteiras XXI: famílias como as nossas*. <https://fronteirasxxi.pt/familias/>